



A *Gazeta do Rio de Janeiro*: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821)

Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007.¹

Juliana Gesuelli Meirelles²

Pesquisadora. O texto aqui discutido é referente à Dissertação de Mestrado defendida em Fevereiro/06 pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Leila Mezan Algranti.

Resumo: Este artigo discorre sobre as principais características da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal institucional a circular no Brasil, ressaltando tanto suas características estruturais quanto sua importância na sociedade joanina para o enraizamento da circulação da palavra impressa e da leitura no universo público entre os anos de 1808 a 1821. Com isso pretende mostrar a importância capital desse periódico como marco da história da imprensa brasileira, evidenciando que tanto os valores da grande imprensa contemporânea quanto a profissão do jornalista já estavam sendo gestadas no raiar do século XIX.

Palavras-Chave: imprensa; *Gazeta do Rio de Janeiro*; produção e circulação das notícias no período joanino.

¹ Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007.

² Mestre em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Orientação_ Prof.^a Dr.^a. Leila Mezan Algranti. Título da dissertação: “A *Gazeta do Rio de Janeiro* e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)”. Pesquisa financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) Cátedra Jaime Cortesão FFLCH/USP e Instituto Camões com o acolhimento do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC- CAMPINAS). Mtb 43541. E-mail: jugmeirelles@gmail.com



1. A transferência da Monarquia Portuguesa para a Colônia e o nascimento da imprensa no Brasil

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em meados de 1808, a monarquia portuguesa vivia uma situação inusitada e sem antecedentes, do ponto de vista da reorganização do poder político: sendo o Rio de Janeiro a nova sede do Estado, todas as decisões partiam agora da Colônia americana para todo o Império, em uma clara inversão de papéis, no *locus* do antigo *status* de Metrópole e Colônia.³ No bojo dessas transformações (que ocorreram desde do âmbito administrativo às profundas mudanças em termos culturais e econômicos), destacamos a regulamentação da tipografia no país, institucionalizada por D. João VI no decreto de 13 de maio de 1808.

A estruturação e vigência da primeira oficina tipográfica, a *Impressão Régia*, foi uma absoluta novidade para a Colônia que, por mais de três séculos, fora privada de um contato maior com a palavra impressa. A *Impressão Régia* foi uma excelente editora, publicando dezenas de livros de grande valor cultural, cuja qualidade do material não deixava a desejar a nenhuma tipografia européia. Segundo Borba de Moraes, “muito raramente, na verdade, a tipografia atingiu um padrão tão alto de elegância e beleza, sendo as produções impressas “comparáveis e dignas dos grandes renovadores da tipografia, os Didot, os Bodoni.”⁴

O documento real, contudo, não colocava a introdução da imprensa no Brasil como um fato extraordinário, mas, antes, como uma atividade administrativa necessária para o estabelecimento da Coroa deste lado do Atlântico. Tal fato deu-se porque pela lógica do Antigo Regime não fazia sentido haver uma corte sem uma *Gazeta*, já que esta cumpria um importante papel na instituição monárquica: era, antes de tudo, um instrumento de afirmação da realeza perante todo o corpo social, uma vez que a através da palavra o rei circularia sua imagem com toda plenitude para os seus súditos.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal institucional a circular por nossas terras era produzido pela *Impressão Régia*, que também tinha como função imprimir *exclusivamente* todos os papéis ministeriais e diplomáticos do real serviço, incluindo aí não só os documentos da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, mas de todas as outras repartições, além de imprimir as obras de particulares.

³ DIAS, Maria Odila Silva, “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”, in MOTA, Carlos Guilherme, 1822: Dimensões São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.

⁴MORAES, Rubens Borba de, e *Bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979, p.122.



O primeiro exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro* foi publicado em 10 de setembro de 1808 e seguia a dimensão padrão das folhas estrangeiras (19 X 13,5), com formato *in-quarto*; características que já apontam algumas semelhanças com o estilo e estrutura da *Gazeta de Lisboa*, folha oficial portuguesa originada em 1715.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* era estruturada em duas partes: *seção noticiosa* e de *avisos*. Na seção noticiosa a folha circunscrevia a fala do redator, incluía artigos escolhidos de diversos jornais europeus, apresentava cartas de militares e políticos de relevância no período, inseria informações burocráticas – como o balancete financeiro da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro – e também noticiava o cotidiano da realeza: das graças do monarca para seus súditos civis e militares como, por exemplo, a distribuição de títulos de nobreza às diversas festividades do calendário real, como os aniversários do príncipe regente e as peças de teatro.

Já a seção de Avisos era o local onde se concentravam os mais diversos tipos de anúncios, cujo enfoque, na maioria das vezes, era a prestação de serviços. Neles incluíam-se as publicações que se relacionavam ao universo cultural e comercial da cidade: as notícias marítimas, as saídas de correio, as vendas de livros e periódicos, mapas, vendas de escravos e imóveis, leilões etc. eram constantes e delineavam a relação existente entre a imprensa e a sociedade joanina no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Com particularidades e lógicas distintas, a conexão entre esses espaços marcava a unidade da folha, pois ao integrarem-se, confeccionavam o caráter geral das notícias da primeira *Gazeta* brasileira.

Para Armitage, um viajante do período, a *Gazeta* foi um pobre papel impresso, sem grandes utilidades: “por meio dela só se informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício (...) A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado nenhum queixume.”⁵ Se para alguns contemporâneos estrangeiros a estrutura e o conteúdo da *Gazeta* podem ter soado como um jornal sem atrativos, é imperativo ressaltar que essa ótica não foi monolítica. Para muitos personagens do período, a folha representou um importante veículo de institucionalização da palavra impressa, cuja existência era crucial para os seus interesses: das entradas e saídas dos navios à possibilidade da publicação de anúncios particulares, era patente a participação e o interesse do público leitor pelas informações dos dois lados do Atlântico.

⁵ARMITAGE, APUD SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966, p.23.



Uma importante ressalva: o conceito de notícia no início do século XIX abrangia uma gama ampla e peculiar de sentidos bem distinta do que hoje concebemos.⁶ Notícia, portanto, era compreendida pelos luso-brasileiros como “Informação, conhecimento: notícia ao público” além de abarcar o mundo da “erudição, [da] leitura”⁷ e, na altura, reproduzia a estrutura da *Gazeta*. Desde o nascimento da *Gazeta de Lisboa*, no século, XVIII as “notícias reuniam-se sob um título de publicação, com o registro de datas agrupadas em secções e seguindo uma determinada periodicidade”⁸, aspecto que encontramos presente também na imprensa nascente no Brasil e que aponta para as particularidades no modo de produzir a palavra impressa no universo luso-brasileiro.

O jornal era bi semanal: circulava as quartas-feiras e aos sábados, podendo também sair em quaisquer outros dias da semana, quando as notícias justificavam as publicações extraordinárias, que se tornaram muito comum ao longo dos anos.

2. A Gazeta do Rio de Janeiro: o amplo processo de comunicação e a estrutura da notícia

A primeira Junta Diretora do jornal foi composta por 3 homens ilustrados de estrita confiança de D. João VI.

José Bernardes de Castro, além de diretor da *Impressão Régia* durante o período joanino, foi deputado das mesas de inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia e colaborador de *O Patriota*; primeira revista literária fundada no Rio de Janeiro por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, em 1813.⁹

Marianno José Pereira da Fonseca, bacharel formado em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra, serviu na Junta do Comércio, foi administrador tesoureiro da fabrica de pólvora, e censor régio. (Também foi senador do Império e, em 1821, foi eleito deputado da Junta Provisória criada no Rio de Janeiro, em meio à resolução das Cortes.¹⁰)

⁶ Na definição contemporânea de notícia temos: “notícia – Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia (...) Ineditismo, improbabilidade, interesse público, apelo e empatia são os critérios elementares para definir a importância de uma notícia.” *Novo Manual da Folha de S. Paulo* São Paulo, 1992, p.156.

⁷ SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, p.348, v.2 (grifo original).

⁸ LISBOA, João Luis, “Gazetas feitas à mão”, in João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 1 (1729-1731), Edições Colibri, Lisboa, 2002, p.17.

⁹ Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 4, Imprensa nacional, Lisboa, 1860, p.272.

¹⁰ MACEDO, Joaquim Manoel de, anno Biographico Brasileiro, vol. II, Typ. E litographia do imperial Instituto artístico, Rio de Janeiro, 1876, pp. 69-73; Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 16, Imprensa nacional, Lisboa, 1860, p.369.



José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, era bacharel em direito canônico e filosófico. Especialista em retórica exerceu a cadeira de Filosofia Racional e Moral da Bahia por mais de vinte anos. Entre 1808 e 1821, foi professor de economia política, deputado da Junta do Comércio, desembargador da Relação da Bahia e também censor régio.¹¹

Nota-se que os primeiros administradores exerciam cargos públicos e tinham, antes de tudo, uma função fiscalizadora. Como destacou a historiadora Leila M. Algranti “o cargo público no estado absolutista dignificava os indivíduos, e sempre foi uma forma de conquista de *status*, de prestígio e até de título de nobreza por parte daqueles que o ocupavam”, sendo que possuíam a perspectiva de “atrair a estima do rei, além de recompensas generosas pelos bons serviços prestados”¹²

Em uma relação explícita com o público leitor, o redator já noticiava, no primeiro número da folha, a ordem que caracterizaria o periódico dali por diante: preço, periodicidade, local de venda, sistema de assinaturas. Todas essas informações sintetizadas na página 4 do jornal evidenciavam a estrutura do periódico, as *formas de transmissão do novo locus da cultura letrada* e a *intencionalidade* de seus proprietários, de consolidá-lo como o veículo de comunicação na cidade:

“Faz-se saber ao Público: Que a Gazeta do Rio de Janeiro deverá sair todos os Sábados, pela manhã: Que se vende nesta Corte na em casa de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros, no fim da Rua da Quitanda a preço de 80. r.s: Que as Pessoas, que quiserem ser Assinantes, deverão dar aos Seus nome, e moradas, na Sobredita Casa pagando logo os primeiros Seis meses a 1: 900 r.s; e lhes Serão remetidas as folhas a Suas Casas no sábado pela manhã: Que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios , que se queiram fazer ; devendo enviar na 4ª feira no fim da tarde na Impressão Régia.

N.B. Esta Gazeta, ainda que pertença por privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é com tudo Oficial; e o Governo somente responde por aqueles papéis, que nela mandar imprimir em Seu nome”.

Nessa declaração, importava aos diretores da *Gazeta* fazer a publicidade da folha, explicitando que o objetivo de atingir a “imparcialidade” na política de inserção de documentos a serem publicados estava mais vinculado a uma idéia vigente de neutralidade, no sentido de não mencionar um viés opinativo das notícias, do que simplesmente desvincular as relações com o poder político real. Já quando comparada ao modelo até então presente na *Gazeta de Lisboa* – que evidenciava um estilo seco e estritamente informativo, em que vigorava um tipo específico de notícias (como as questões diplomáticas e as movimentações da corte) - a *Gazeta do Rio de Janeiro* apresentava uma importante peculiaridade: desde o

¹¹ Para maiores detalhes sobre a vida de Lisboa no período tanto quanto sua atuação como censor régio ver ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de censura: cultura religiosa na América Portuguesa*, Ed. Hucitec e Fapesp, São Paulo, 2004, especialmente cap. 4 e 5.

¹² ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de censura: cultura religiosa na América Portuguesa*, Ed. Hucitec e Fapesp, São Paulo, 2004, pp.225-226.



início os comentários do redator realçavam um viés opinativo, o que marcava a contradição com o tradicional modelo de *Gazeta* oficial portuguesa.

Na prática cotidiana, entretanto, a produção das notícias veiculadas no jornal brasileiro circunscrevia sua *oficialidade* pelo fato de os “proprietários” do periódico pertencerem ao alto escalão governamental. Para além disso, esses intelectuais emprestavam seus talentos a um projeto em que acreditavam, sendo também homens de absoluta confiança do Rei. Para os editores, porém, parecia ser fundamental dissuadir o público leitor da idéia da folha ser oficial, para que assim tentassem evitar associações arbitrárias entre os fatos e notícias veiculadas e a ótica dos valores monárquicos. Nesse sentido, a criação da idéia de imparcialidade da pena desta Junta Diretora foi uma importante preocupação da *Gazeta* que se manteve ao longo do período joanino, mesmo que esse ideal fosse baseado por uma vertente explicitamente comprometida com o poder.

Pelas páginas noticiosas da folha, todavia, a pena do redator direcionava-se quase que exclusivamente para as notícias da vida monárquica e da Corte: a linha editorial do jornal era voltada para os fatos políticos e culturais da monarquia como os diversos festejos públicos, aniversários reais, falecimentos de nobres cortesãos portugueses que aqui estavam, a chegada de militares e políticos ingleses, visitas de artistas europeus etc. O jornal jamais noticiava os fatos que ameaçavam a estabilidade do Império Português e/ou não retratassem a imagem idílica que a monarquia desejava veicular, compondo, assim, ao longo do tempo, uma omissão fundamental no leque informativo do periódico. Entretanto, é fundamental percebermos que se atualmente o discurso de isenção, neutralidade e imparcialidade constituem-se um dos mais valiosos atributos éticos da imprensa periódica moderna,¹³ é mister lembrarmos também que o nascimento desses valores tem suas raízes na eloquência da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ademais, a partir da leitura dessa folha, notamos que ao longo do tempo o periódico vai se constituindo como um veículo de comunicação que, por mais que mantivesse vínculos estritos com o poder, apresentava seus objetivos que extrapolavam a simples veiculação de informes restritos aos interesses reais nos dois lados do Atlântico.

A produção de jornal como a *Gazeta do Rio de Janeiro* era uma atividade ampla e que marcava uma complexa rede de relações existentes entre as características do trabalho dos editores e redator:

¹³ Importante ressaltarmos que, atualmente, os valores da grande imprensa voltados para a idéia de imparcialidade estão intrinsecamente associados ao modo como o jornalista relata o fato jornalístico. É essencial que o profissional da imprensa encare o fato com distanciamento, frieza e exatidão, aspectos que compõem o rigor da informação calcado na crítica. Também o apartidarismo político é fundamental já que o veículo de informação jornalística busca constantemente a credibilidade diante do leitor. *Manual da folha de S. Paulo*, op.cit., VERBETES OBJETIVIDADE (p.19), DISTANCIAMENTO (p.31) E IMPORTÂNCIA DA NOTÍCIA (p.35).



As triagens das diferentes fontes impressas a serem publicadas e os enfoques particularizados ao comentá-las e a sua íntima ligação com os interesses políticos da realeza portuguesa era o foco central. Nessa intrincada teia estava circunscrita três aspectos principais:

1. A atividade censória - uma vez que os diretores / administradores do periódico eram responsáveis pela censura das informações estrangeiras que aportavam via comunicação marítima no cais do porto pelos paquetes.
2. O contato dos editores com os correspondentes ingleses (e conseqüentemente a importância da *periodicidade*) e
3. As delimitações das notícias consideradas de *confiabilidade* e a própria concepção de *Gazeta* durante o governo de D. João VI no Brasil.

Todos esses aspectos apareciam pelas páginas do periódico e estavam circunscritos as seções noticiosas e de avisos, que foram responsáveis pelo enraizamento e circulação de notícias no Rio de Janeiro, constituindo a dinâmica própria da folha, no período joanino.

3. O papel do redator na produção da notícia

Ler, resumir, traduzir, inserir as notícias das folhas européias no jornal e comentá-las era a atividade profissional do redator que, era também responsável pelo anúncio de livros de interesse. Além de receber e selecionar anúncios e informar a entrada e saída de navios da cidade.

Desse modo, saltam-nos aos olhos questões fundamentais sobre a *natureza* do trabalho do redator como profissional da imprensa. Vinculado à arena pública, qualquer escolha editorial que fizesse estava fadada a ser alvo de comentários e reflexões dos leitores do periódico. Nesse sentido, era essencial saber dirigir e focar o olhar para as fontes de informação sobretudo estrangeiras que circulariam pela cidade, uma vez que o periódico constituía monopólio senão da Coroa, dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O privilégio exclusivo da *Impressão Régia* pelos ministros do monarca já era uma das bases estruturais da imprensa oficial portuguesa desde 1752.¹⁴ Portanto, as *escolhas editoriais* e a circunscrição do conceito de *veracidade* eram intrínsecas às questões políticas do Império Português e, particularmente, associadas à sensibilidade dos

¹⁴ Em Portugal, a partir de 1752, com a morte de Montarroyo, a posse da Gazeta de Lisboa passou, também por privilégio real, para os oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cuja redação era de responsabilidade de Pedro Antonio Correa Garçon, famoso membro da Arcádia.

editores do periódico, sobretudo o redator quando colocava sua pena e energia a favor da realeza. Apesar disso, a própria fala do redator evidenciava, em muitos momentos, os espinhos intrínsecos a essa atividade. Ao comentar sobre a inserção de papéis folhas inglesas antigas, em março de 1814, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, então redator, circunscrevia um aspecto do seu ofício:

(...) não acham inútil o trabalho, a que se sacrifica um Redator, quando oferece a esta escolhida porção de leitores os fundamentos e objetos; que tendem de comum acordo ao bem do Estado, e á glória da Nação. Algumas vezes tem sido este o nosso fito e, por ventura temos conseguido o nosso intento.¹⁵

Ao apontar as trilhas do caminho que seguia, o profissional das letras no período não foi nem vassalo, nem crítico: foi um letrado que colocava a público as vitórias, angustias, ansiedades e medos da profissão que exercia.¹⁶ Esse atributo era intrínseco aos “homens de talento” da época que, como súditos do rei, eram “movidos por sentimentos como honra, orgulho e estima, os quais provocavam grandes turbulências e conflitos no meio em que viviam”, reitera Leila Algranti.¹⁷

Desde a primeira edição, a identidade do redator foi omitida nas matérias publicadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, aspecto mantido até o último exemplar, em 29 de dezembro de 1821. Não assinar o nome nos comentários editoriais¹⁸ cotidianos foi uma prática do jornal, independente de quem fosse o jornalista. Importante ressaltar que entre os anos de 1808 e 1821 a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve três redatores: de 1808 a 1812 esteve à frente da redação o Frei Tibúrcio José da Rocha; de 1812 a agosto de 1821, foi Manuel Ferreira de

¹⁵ GRJ, 16/03/1814, N° 22.

¹⁶ Ao analisar a ascensão da sociedade iluminista no século XVIII e dos valores que permearam a elite ilustrada na com o estado absolutista, o historiador Reinart Koselleck circunscribe um papel fundamental à *crítica*. Para o historiador, o papel do crítico foi fundamental para a emergência dos valores iluministas, sobretudo em França, Inglaterra e Alemanha. “O crítico julga todo homem virtuoso ‘como homem virtuoso, mas como homem’. Julgar criticamente é nivelar tudo, reduzir até mesmo o rei (...) à condição de cidadão”, afirma o autor (p.105). Uma vez que a crítica é a arte de julgar, e a sua atividade tem como praxis interrogar a autenticidade e a verdade de um fato, incluindo nesse ofício a conduta moral do rei, os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, mesmo tentando exercitar a arte da distinção, característica intrínseca à crítica, julgando o que era autêntico ou inautêntico, verdadeiro ou falso, o belo e o feio e estarem, nesse sentido, em consonância com valores de um mundo dualista então vigente, eram – antes de tudo – súditos do Rei e buscavam sustentar a já frágil estrutura do seu poder absoluto. Para uma análise mais refinada ver KOSELLECK, Reinart, *Crítica e Crise*, ed. da Uerj, Rio de Janeiro, 1999, pp.88-110.

¹⁷ ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de censura: cultura religiosa na América Portuguesa*, Ed. Hucitec e Fapesp, São Paulo, 2004, p.245.

¹⁸ Expressão utilizada por DARNTON Robert, *O grande massacre de gatos*, São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 212, ao abordar o trabalho narrativo de D’ Heremy, inspetor da polícia de Paris, no século XVIII.



Araújo Guimarães e, com sua demissão assumia Francisco Vieira Goulart, que ficou até o final de 1821.

Tal característica da folha, no entanto, não sinalizava somente para os limites estritamente informativos demarcados nas páginas da *Gazeta*. Ao contrário disso, ao serem impressas no setor noticioso na seção intitulada “*Rio de Janeiro*”, as falas do redator apareciam *antes* dos artigos que escolhia publicar e eram eminentemente *opinativas*. Vejamos um típico exemplo do período, em fevereiro de 1813:

Rio de Janeiro 6 de Fevereiro

“PELO (SIC) transporte *Inglês*, chegado a este porto com 50 dias, recebemos muito agradáveis notícias da *Rússia*. Não sendo possível inserir neste N° o que referem as *Gazetas*, nos contentamos em anunciar que *Bonaparte* foi batido em toda a parte, e com o resto da cavalaria fugiu para *Smolensk*, onde se achava. Esta interessantíssima notícia não pode deixar de animar as esperanças; e por isso ainda em falta de mais circunstanciada relação, nos apressamos a congratular-nos com os nossos Leitores.”¹⁹

Peça fixa durante todo o período, “*Rio de Janeiro*” foi de extrema importância para que pudéssemos compreender a lógica discursiva do jornal e sua particular concepção de imprensa. Esta seção era uma parte privilegiada da folha: nela as nuances dos dizeres do redator apontavam para as delimitações das atividades jornalísticas o que circunscrevia o encaminhamento do trabalho de edição das notícias. Além disso, era nesse espaço que o redator fazia seus comentários sobre os numerosos fatos políticos (ocorridos na Europa e/ou no Brasil), bem como sobre os assuntos cotidianos da cidade. Também ali circunscrevia aspectos importantes na interlocução que travava cotidianamente com o público leitor.

A prédica jornalística da *Gazeta do Rio de Janeiro* utilizava-se de muitos recursos da oratória e da eloquência política para “dialogar” com seus leitores. A descrição, a interrogação, o ornato da linguagem, a personificação e a comparação constituíam aspectos importantes dessa técnica no discurso do jornal, cujo objetivo era sustentar a estrutura argumentativa em prol do convencimento.

4. A circulação do jornal nos dois lados do Atlântico

A circulação de informações entre Brasil e Europa foi uma atividade constante entre os anos de 1808 e 1821, sendo um dos grandes focos de preocupação da Monarquia Portuguesa. Da mesma forma que no Brasil aportavam pacotes contendo jornais e documentos europeus, é mister destacarmos que *Gazeta do Rio de Janeiro* também chegava aos portos lusitanos,

¹⁹ GRJ, 6/02/1813, n. 11.



circulava no país e fazia parte do rol de jornais considerados de interesse para os gazeteiros portugueses e a sociedade em geral.

O *Diário Lisbonense*, folha que circulou entre 1809 e 1813 manteve um constante interesse nas informações vindas do Brasil, especialmente aquelas referentes à ação da Monarquia na Corte. Esse jornal português fez diversas inserções das notícias difundidas no Brasil, utilizando a *Gazeta do Rio de Janeiro* como fonte de informação ao mesmo tempo em que realizava um explícito processo de edição do jornal brasileiro, durante todo o período em que circulou no Reino. Em agosto de 1810 comunicava o casamento das altezas reais, a princesa Maria Theresa com o Infante D. Pedro Carlos de Borboun e Bragança ocorrido no Rio de Janeiro. O interessante dessa veiculação é que o redator explicitou suas escolhas editoriais, citando a fonte com a qual dialogava.

O foco das notícias não se limitava aos festejos e às datas comemorativas do calendário real. Ao final de 1810, o jornal publicava “Cartas Régias” e “Decretos” de D. João VI²⁰, em uma clara referência aos desígnios políticos do monarca, cujo intuito era informar o público leitor sobre a estruturação político-administrativa da Monarquia em terras americanas.

Dois outros periódicos, ambos confeccionados pela *Impressão Régia*, o *Correio da Tarde* (1809) e o *Correio de Lisboa* (1812), assim como os demais que circulavam sob a licença real, como a própria *Gazeta de Lisboa* e a *Minerva Lusitana* (jornal que circulou em Coimbra no período) também utilizaram a *Gazeta do Rio de Janeiro* como fonte de informação das notícias veiculadas no Brasil.

5. Considerações Finais

Para além das questões de ordem econômica, social e cultural, o conhecimento dos fatos d'além mar com a chegada dos paquetes também sinalizavam, em ambos os lados do Atlântico, para novos delineamentos do diálogo político entre a monarquia e seus súditos, tanto quanto a formação de uma nova faceta do Império Português no período joanino que agora decidia seu destino das terras americanas. Dessa maneira, ser português exilado na América e também na Europa, especificamente no período joanino, produzia consigo fortes conotações: da vivência na Corte o desamor e a representação de si próprios, ambos afastados de sua realidade e ameaçados por uma cidade na qual eles agora viviam subjugava-os a uma nostalgia pela fidelidade a Portugal. Da experiência da guerra e da permanência em Portugal,

²⁰ *Diário Lisbonense*, 9/11/1810, n.254.



os súditos também cultivavam um sentimento de orfandade e abandono por parte do rei, o que produzia uma visão mitificada do regente, sob a constante expectativa de seu regresso.

É também sob esses novos ângulos da realidade política e social da vida luso-brasileira que devemos compreender o discurso dos diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que visava contribuir para a relação dos vassallos para com as suas raízes. Assim como os redatores dos periódicos portugueses, a primeira folha jornalística brasileira também utilizou sua pena para dialogar com as questões políticas do Velho Mundo.

O fato primordial a ser ressaltado é que a Coroa Portuguesa sob o governo joanino concebeu a imprensa como parte fundamental de sua ação política e cultural e, conseqüentemente, em um âmbito mais amplo, como âncora de sustentação do Império Português em ambos os lados do Atlântico. Nesse sentido, a fala do redator também demonstrava um viés hierarquizado nas escolhas e enfoques temáticos publicados na *Gazeta*, (como, por exemplo, as guerras napoleônicas), cuja conexão estava fortemente associada aos anseios, angústias e esperanças dos luso-brasileiros que viviam no Rio e também no Reino. Dessa leitura, nota-se que os produtores das notícias também estiveram extremamente focados nas definições dos padrões jornalísticos (discursivos) que delineassem as bases ideológicas da imprensa que desejavam produzir, para assim constituírem uma interlocução “profícua” com as vicissitudes intrínsecas à crise da monarquia portuguesa.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Periódicos

Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)

Diário Lisbonense (1810)

Dicionários e Manuais

Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 4, Imprensa nacional, Lisboa, 1860.

MACEDO, Joaquim Manoel de, *anno Biographico Brasileiro*, vol. II, Typ. E litographia do imperial Instituto artístico, Rio de Janeiro, 1876.

Novo Manual da Folha de S. Paulo São Paulo, 1992.



Livros

ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de censura: cultura religiosa na América Portuguesa*, Ed. Hucitec e Fapesp, São Paulo, 2004.

DARNTON Robert, *O grande massacre de gatos*, São Paulo, Paz e Terra, 1986.

KOSELLECK, Reinart, *Crítica e Crise*, ed. da Uerj, Rio de Janeiro, 1999.

LISBOA, João Luis, “Gazetas feitas à mão”, in João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 1 (1729-1731), Edições Colibri, Lisboa, 2002.

MORAES, Rubens Borba de, *e Bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979, p.122.

MOTA, Carlos Guilherme, *1822: Dimensões* São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.

SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, p.348, v.2.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966, p.23.